



Simulado Especial

TRT PE

ANALISTA JUDICIÁRIO -
ÁREA JUDICIÁRIA

Simulado

Simulado Especial TRT-PE (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRT-PE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/NEbqXDkHj9Jnq1Sj7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/jeCY>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***O PAPEL DAS ARMAS NUCLEARES EM CONFLITOS
POLÍTICOS**

Durante a Guerra Fria, URSS e EUA entraram em uma corrida armamentista, buscando expandir ao máximo seu poder bélico. A corrida incluiu testes e desenvolvimento de armamentos nucleares. Quando a URSS testou sua primeira bomba atômica, em 1949, o perigo de uma guerra nuclear entre as duas superpotências se tornou mais real.

Apesar do medo e tensão que geram, as armas nucleares são consideradas um dos grandes motivos para que a Guerra Fria não tenha se tornado “quente”. Com a perspectiva de destruição mútua, ambos os Estados evitaram um conflito direto durante os mais de 40 anos em que durou o embate. O poder das armas nucleares e seu papel na Guerra Fria – bem como nos conflitos atuais – pode ser resumido em 5 pontos:

Físico

As armas nucleares possuem um enorme poder de destruição. Para termos uma ideia, os mísseis atuais podem transportar mais de 100 vezes o poder explosivo da bomba de Hiroshima. Além disso, as consequências das bombas nucleares ainda são incertas. Alguns afirmam que uma guerra nuclear geraria tanto carbono e poeira na atmosfera que impediria as plantas de realizarem a fotossíntese, acabando com os tipos de vida que conhecemos atualmente.

Político

Com as armas nucleares, percebeu-se uma desproporção entre os meios militares (possibilidade de destruição total) e todos os fins políticos que o país poderia almejar, ou seja, não existe objetivo político que justifique a possibilidade do país ser totalmente destruído. Essa desproporção ocasionou uma paralisia na utilização da força total durante a Guerra Fria, pois o preço a se pagar para alcançar os objetivos políticos do país era muito grande.

Assim, foi restaurada a guerra limitada (os países não utilizavam todos os seus meios bélicos possíveis), as várias crises substituíram uma única guerra central, a

dissuasão (desencorajamento pelo medo) se tornou a estratégia central de ambos e as duas superpotências buscaram ser prudentes, tendo o objetivo em comum de evitar a guerra nuclear.

Equilíbrio de terror

Com as armas nucleares, o poder das superpotências foi equilibrado através do terror. Com isso, queremos dizer que as demonstrações de força eram mais psicológicas do que físicas. As armas nucleares não eram utilizadas, e, portanto, seu poder não era visto, mas o conhecimento de que elas existiam era suficiente para impedir um ataque inicial de ambos os lados.

Esse pode ser chamado de “efeito bola de cristal”. Com as armas nucleares, os líderes de ambos os blocos conseguiram prever o que aconteceria se dessem o primeiro passo: destruição de seu território e milhões de mortes. Assim, calculavam que os custos de iniciar uma guerra direta eram muito altos comparado ao retorno que poderiam ter. O fato é que este equilíbrio de terror, somado ao sistema bipolar, produziu o mais longo período de “paz” **entre as potências centrais** desde o início do sistema de Estados modernos.

Dissuasão nuclear

Esse tipo de dissuasão remete ao raciocínio de que um não pode impedir o outro de atacar primeiro, mas a retaliação de ambos os lados será tão violenta que nenhum dos dois irá realizar o ataque inicial. Para que a dissuasão seja efetiva, dois elementos devem estar presentes: a capacidade de destruição e a credibilidade de que as armas serão utilizadas. A capacidade de destruição era clara por ambos os lados da Guerra Fria a partir da década de 1950, já a credibilidade varia em cada caso, a depender da importância atribuída ao objetivo.

Era provável que os Estados se utilizassem das armas nucleares para defender seus próprios territórios, por exemplo, bem como de seus aliados mais próximos. Já em conflitos em que não havia um interesse tão grande, era pouco provável que as armas nucleares fossem realmente utilizadas. Os Estados Unidos, por exemplo, não poderiam impedir a União Soviética de invadir o Afeganistão através da dissuasão nuclear, pois a URSS sabia que os norte-americanos não estariam dispostos a arcar com os custos da retaliação por causa desse território.

Já uma ameaça direta, como a instalação dos mísseis soviéticos em Cuba, tornou mais provável que um ataque nuclear fosse realizado em auto-defesa, aumentando assim a dissuasão nuclear. A credibilidade das ameaças

estadunidenses de que utilizariam força nuclear caso os mísseis não fossem retirados talvez tenha sido um dos principais fatores para que a URSS tenha removido seus mísseis, evitando assim um conflito nuclear.

Questões morais

As armas nucleares promovem reflexões morais. Por serem armas de destruição em massa, se utilizadas em grande escala não permitem separar civis de combatentes, por exemplo. Por este motivo, muitos consideram seu uso ou mesmo seu desenvolvimento, imoral.

Se utilizadas em pequena escala, as armas nucleares podem funcionar do mesmo modo que armas convencionais, mas como garantir que a partir desse primeiro ataque e de suas retaliações – principalmente se o Estado atacado também possuir a tecnologia nuclear – não haverá escalada do conflito e destruição total?

Desse modo, é possível que um Estado que utilize armas nucleares em algum conflito sofra grande represália internacional, pelo caráter imoral que muitos atribuem a esses armamentos. Este também pode ser considerado um motivo pelo qual as armas nucleares não foram utilizadas durante a Guerra Fria.

01. De acordo com a leitura do texto, a principal consequência política da ameaça de bomba atômica reside:

- a) no enorme poder destrutivo, com mísseis modernos superando em mais de 100 vezes
- b) em possíveis consequências catastróficas para o ambiente e a vida na Terra
- c) na promoção da guerra limitada, a dissuasão e crises localizadas em vez de uma guerra central.
- d) no medo suficiente para impedir ataques iniciais.
- e) no “efeito bola de cristal”, que levou os líderes a calcular que os custos de uma guerra direta eram inaceitáveis.

02. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- a) No coração das potências mundiais, espalhava-se os temores de um ataque nuclear iminente.
- b) Após longos anos de tensão, tornaram-se evidente as consequências da corrida armamentista.
- c) Somente diante da destruição potencial, reconheceram os líderes a gravidade de suas decisões.
- d) Sob os céus poluídos pela ameaça atômica, pairava dúvidas sobre o futuro da humanidade.
- e) Entre debates e negociações intensas, destacava-se os riscos de uma guerra devastadora.

03. Um líder mundial disse em uma entrevista: “Não podemos permitir que o terror dessas armas defina o futuro.”

Passando a construção acima para o discurso indireto, teríamos corretamente a seguinte construção:

- a) O líder mundial afirmou que não podem permitir que o terror daquelas armas definisse o futuro.
- b) O líder mundial afirmou que não podia permitir que o terror daquelas armas definisse o futuro.
- c) O líder mundial afirmou que não poderá permitir que o terror daquelas armas definirá o futuro.
- d) O líder mundial afirmou que não poderiam permitir que o terror daquelas armas definissem o futuro.
- e) O líder mundial afirmou que não pudera permitir que o terror daquelas armas definisse o futuro.

04. Assinale a única alternativa que não admite transposição para a voz passiva.

- a) A explosão de uma bomba atômica libera uma energia devastadora, capaz de destruir cidades inteiras em segundos.
- b) Durante a Guerra Fria, a ameaça de uma guerra nuclear moldou as relações políticas entre as superpotências globais.
- c) O impacto de uma bomba atômica envolve destruição imediata, com efeitos de radiação que podem durar décadas.
- d) Muitos consideram o uso de armas nucleares um dos maiores dilemas morais da história da humanidade.
- e) O desenvolvimento e teste de bombas atômicas continuam sendo um tema controverso nas discussões sobre desarmamento global.

05. Assinale a alternativa em que o elemento sublinhado esteja incorreto.

- a) A cidade onde a bomba foi detonada permanece marcada pela destruição até hoje.
- b) Os cientistas discutiram o período onde os testes nucleares seriam realizados em segredo.
- c) Houve uma conferência internacional onde líderes debateram o controle de armas nucleares.
- d) O filme retrata o laboratório onde a primeira bomba atômica foi desenvolvida.
- e) As ruínas do prédio onde a bomba caiu se tornaram um memorial da tragédia.

06. A tragédia da bomba atômica levou destruição de cidades inteiras. As negociações referentes qualquer utilização de armas nucleares visam garantir a paz e a prevenção de novas catástrofes globais.

Preenchem corretamente as lacunas:

- a) a - a - a
- b) à - a - à
- c) à - à - a

d) a - a - à

e) à - a - a

07. Assinale a alternativa em que a substituição do substantivo sublinhado por um pronome átono tenha sido feita de maneira **incorreta**.

- a) Os cientistas desenvolveram a bomba em segredo. → *Os cientistas a desenvolveram em segredo.*
- b) As potências mundiais consideram a bomba atômica uma arma de dissuasão estratégica. → *As potências mundiais consideram-na uma arma de dissuasão estratégica.*
- c) Os líderes mundiais não utilizam a bomba atômica por temerem represálias globais → *Os líderes mundiais não utilizam-na por temerem represálias globais*
- d) As superpotências construíram a bomba atômica como forma de demonstrar poder durante a Guerra Fria. → *As superpotências a construíram como forma de demonstrar poder durante a Guerra Fria.*
- e) Os tratados internacionais procuram limitar a bomba atômica para evitar novas tragédias. → *Os tratados internacionais procuram limitá-la para evitar novas tragédias.*

08. O texto pertence predominantemente ao tipo:

- a) injuntivo
- b) dissertativo-expositivo.
- c) dissertativo-argumentativo
- d) descritivo
- e) narrativo

09. Assinale a opção em que a vírgula esteja bem empregada.

- a) O filme 'Oppenheimer', retrata o impacto da ciência moderna, destacando como os avanços científicos liderados por J. Robert Oppenheimer transformaram a guerra e a compreensão humana sobre o poder nuclear.
- b) Com foco no dilema moral de Oppenheimer, a obra explora, as implicações éticas de criar uma arma tão destrutiva, questionando os limites entre o dever científico e a responsabilidade social.
- c) Ao ambientar-se no contexto da Segunda Guerra Mundial, o filme revela a urgência, do Projeto Manhattan e a pressão política para vencer a corrida nuclear contra as potências do Eixo.
- d) Após a criação da bomba atômica o enredo aborda as devastadoras consequências para Hiroshima e Nagasaki, assim como o impacto psicológico sobre os cientistas envolvidos no projeto.
- e) Por fim, o filme destaca o legado controverso de Oppenheimer, celebrando-o como um gênio científico, mas também confrontando-o como uma figura central no nascimento da era nuclear.

10. Por serem armas de destruição em massa, se utilizadas em grande escala, não permitem separar civis de combatentes

O elemento sublinhado acima tem valor de:

- a) consequência
- b) modo
- c) justificativa
- d) causa
- e) tempo

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Um concursado da área de tribunais comprou 15 dúzias de cápsulas de guaraná e tomou uma por dia, todos os dias, sem interrupção. Se o concursado tomou a primeira cápsula em uma segunda-feira, a última cápsula foi tomada em:

- a) uma terça-feira;
- b) uma quarta-feira;
- c) uma quinta-feira;
- d) uma sexta-feira;
- e) um sábado.

12. Joaquim decidiu repartir uma determinada quantia entre seus netos em partes diretamente proporcionais à idade deles. Sabendo-se que os três netos têm idades de 3, 5 e 8 anos, e que o mais velho recebeu R\$ 1.000,00 a mais do que o mais novo, o valor total que foi repartido por Joaquim é:

- a) R\$ 1.600,00
- b) R\$ 2.200,00
- c) R\$ 2.600,00
- d) R\$ 2.800,00
- e) R\$ 3.200,00

13. Em uma seção do TRT PE, onde trabalham 6 servidores, a média de idade é 35 anos. Se o mais novo dos funcionários saísse, a média de idade entre os restantes passaria a ser 37 anos.

A partir dessas informações, conclui-se que a idade do servidor mais novo é:

- a) 22
- b) 23
- c) 24
- d) 25
- e) 26

14. Uma empresa demitiu 10% dos seus profissionais. No mês seguinte, contratou 20 profissionais. Dois meses depois, novamente foram feitas demissões, em um total de 10% do quadro corrente.

Considerando-se que ao final desse processo a empresa tinha 84% dos funcionários com relação ao quadro inicial, então o número final de funcionários dessa empresa era igual a:

- a) 840
- b) 672
- c) 504
- d) 336
- e) 168

15. Um determinado produto será produzido em três máquinas: A, B e C. As probabilidades de as máquinas A, B e C produzirem somente peças sem defeitos são $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{5}$, respectivamente. A probabilidade de todas as três máquinas produzirem peças com defeito é:

- a) 0,45
- b) 0,40
- c) 0,30
- d) 0,35
- e) 0,25

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. Segundo o Regimento Interno do TRT-6, não é órgão do Tribunal

- a) a Presidência
- b) a Vice-Presidência
- c) a Corregedoria Regional
- d) a Vice-Corregedoria Regional
- e) a Comissão de Regimento Interno

17. No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, a Resolução Administrativa nº 29/2023 estabelece a Política de Prevenção e Combate à Violência e ao Assédio. Assinale a alternativa correta:

- a) A violência e o assédio exigem, necessariamente, a intencionalidade do agressor para serem caracterizados.
- b) O assédio moral organizacional caracteriza-se pela conduta individual e isolada de um superior hierárquico contra um subordinado.
- c) A violência e o assédio com base no gênero incluem práticas que impactam desproporcionalmente pessoas de determinado sexo ou gênero, englobando o assédio sexual.
- d) O assédio sexual exige contato físico entre o agressor e a vítima para sua configuração, excluindo formas verbais ou não verbais de manifestação.
- e) A discriminação refere-se apenas a práticas baseadas em raça, cor, sexo e religião, não abrangendo distinções relacionadas à idade ou orientação sexual.

18. Durante uma palestra sobre o Código de Ética no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, um grupo de gestores discutia como a conduta ética deve ser observada em situações que envolvem potenciais conflitos de interesse. O palestrante, para testar os conhecimentos dos participantes, apresentou a seguinte questão:

Com base nos dispositivos apresentados, assinale a alternativa correta:

- a) É permitido ao gestor exercer encargo de mandatário remunerado, desde que não pratique atos de comércio incompatíveis com o exercício do cargo.
- b) No caso de propostas de trabalho ou negócios futuros no setor privado, o gestor só precisa informar à Presidência se aceitar a oferta.
- c) Um gestor que possua mais de 5% de participação no capital de uma empresa que negocie com o Poder Público deve comunicar o fato à Administração do Tribunal.
- d) O Código de Ética do Tribunal deve ser revisado a cada cinco anos.
- e) O gestor não precisa informar conflito de interesses no relacionamento com outros órgãos ou funcionários da Administração.

LEI Nº 8.112/1990 E ALTERAÇÕES

Herbert Almeida

19. Maria é servidora pública federal e está prestes a adotar uma criança de dois anos de idade. Ao buscar informações sobre o prazo de licença adotante, foi informada de que a licença seria inferior à concedida às servidoras que tivessem filhos biológicos e inferior também àquela concedida a adotantes de crianças menores de um ano. Inconformada, Maria ingressou com um mandado de segurança, alegando inconstitucionalidade dessa diferenciação. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta sobre a questão
- a) a previsão de prazos diferenciados para a licença-adotante, conforme a idade da criança, é válida, em referência ao princípio da proporcionalidade, pois a adoção de crianças mais velhas demanda menor necessidade de cuidados.
 - b) o prazo da licença-adotante pode ser inferior ao da licença-gestante, considerando as diferenças naturais entre a adoção e o parto biológico.
 - c) a licença-adotante possui prazo inferior à licença-gestante somente nos casos em que a criança adotada tenha mais de um ano, sendo essa previsão considerada constitucional pelo STF.
 - d) a Constituição Federal não regula diretamente o tema da licença-adotante, ficando essa questão ao critério exclusivo da legislação ordinária.
 - e) é inconstitucional a fixação de prazos diferentes para licença-adotante em função da idade da criança, e também é inconstitucional a diferenciação dos prazos entre as licenças por gestação ou por adoção.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

- 20.** A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.
- a) Cada órgão do Poder Judiciário deve elaborar o Plano de Logística Sustentável (PLS) abordando todos os indicadores previstos no Anexo da Resolução nº 400/2021.
 - b) Para cada tema a ser avaliado por meio de indicadores de desempenho ambiental deve ser criado um plano de ações no Plano de Logística Sustentável.
 - c) O relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável do órgão deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.
 - d) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é elaborado e publicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com informações recebidas via PLS-Jud.
 - e) Antes de proceder com o levantamento das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de GEE resultantes de seu funcionamento.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

- 21.** De acordo com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em virtude do direito à autodeterminação dos povos, assinale a alternativa incorreta.
- a) podem determinar livremente seu estatuto político.
 - b) têm o direito de assegurar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
 - c) com base no princípio do proveito mútuo, podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica internacional
 - d) veda toda situação em que um povo possa ser privado de seus meios de subsistência
 - e) prevê a criação de algumas restrições extraordinárias aplicáveis à pequenos grupos considerados parte de minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, sobretudo quanto à preservação de sua vida cultural.
- 22.** É instância de proteção dos direitos humanos junto ao sistema interamericano
- a) o Tribunal Penal Internacional (TPI), criado pelo Estatuto de Roma, é um organismo internacional permanente, com jurisdição para investigar e julgar indivíduos acusados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão.
 - b) o Tribunal Penal Interamericano, constituído nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
 - c) a Comissão de Conciliação *ad hoc*, constituída nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.
 - d) a Corte Internacional de Direitos Humanos, constituída nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - e) o Comitê de Direitos Humanos, constituído nos termos do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

23. Quaisquer tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às

- a) leis complementares.
- b) normas constitucionais originárias.
- c) leis ordinárias.
- d) emendas constitucionais.
- e) decretos do Poder Executivo.

24. Documento que é considerado o principal marco jurídico da nova fase de internacionalização dos Direitos Humanos, trata-se do(a)

- a) Pacto de São José da Costa Rica
- b) Convenção Americana sobre Direitos Humanos
- c) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
- d) Declaração Universal dos Direitos Humanos
- e) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

25. Nos termos da Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa que não identifica corretamente um de seus princípios orientadores.

- a) respeito à dignidade da pessoa humana
- b) igualdade, não discriminação e respeito à diversidade
- c) garantia de um ambiente de trabalho sadio e seguro
- d) primazia da abordagem preventiva e socioeducativa
- e) construção de uma cultura de paz e direitos humanos, fundada no respeito mútuo, igualdade de tratamento e soluções pré-fixadas para os conflitos no trabalho

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. No Windows temos uma ferramenta que trabalha com OneDrive para liberar espaço automaticamente, disponibilizando arquivos que você não está mais usando somente online novamente. Esse é o:

- a) Sensor de Armazenamento
- b) Controle de Armazenamento
- c) Windows Update
- d) Windows Defacer
- e) Ferramenta de Backup

27. No Word, ao selecionarmos o botão “Mais>>” na tela do menu “Substituir”, qual das opções abaixo não é válida

- a) Localizar palavras em maiúsculo
- b) Diferenciar maiúscula de minúscula.
- c) Usar caracter curinga.
- d) Coincidir prefixo
- e) Ignorar caracteres de pontuação.

28. No Excel existe a funcionalidade que pode ser usada para filtrar dados em uma planilha. Para acessá-la, através do teclado, devemos utilizar qual combinação de teclas:

- a) CTRL + SHIFT + P
- b) CTRL + SHIFT + A
- c) CTRL + P
- d) CTRL + SHIFT + L
- e) SHIFT + L

29. Sobre o protocolo POP responda.

- a) É utilizado para o envio de mensagens de email com uma maior velocidade de transmissão.
- b) É utilizado para a troca de páginas entre computadores utilizando criptografia.
- c) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, retira as mensagens do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.
- d) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, realiza a leitura no servidor.
- e) Não permite configurações adicionais em seu servidor.

30. O ataque que fareja pacotes na rede e que pode ser dos tipos: interno (colocado pelo próprio administrador da rede) ou externo (colocado pelo atacante) é o:

- a) Vírus
- b) Sniffer.
- c) Worm
- d) Spyware.
- e) Backdoor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. Acerca dos poderes administrativos, assinale a opção correta:

- a) uma das características do chamado poder vinculado é a apreciação de aspectos de conveniência e oportunidade administrativas.
- b) o poder hierárquico se manifesta quando uma autoridade superior avoca atos administrativos de um subordinado, bem como quando ocorre a revisão desses atos.

c) o poder disciplinar se refere ao poder punitivo do Estado que incide sobre as pessoas ou entidades com vínculo geral com o poder público.

d) uma das características do poder regulamentar é que este se manifesta através de atos administrativos de efeitos concretos.

e) as condutas praticadas com abuso de poder podem ser revistas administrativamente, não estando sujeitas à apreciação judicial quando se tratar de desvio de finalidade.

32. Conforme previsão da Lei nº 14.133/21, o edital de licitação deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. A respeito do tema, assinale a opção correta

a) em qualquer hipótese, a Administração adotará minutas padronizadas e contratos com cláusulas uniformes.

b) é obrigatória a previsão em edital da utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

c) todos os elementos do edital, exceto a minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial.

d) é vedada a previsão, no edital, de que a responsabilidade pela obtenção de licenciamento ambiental seja do contratado.

e) o edital poderá exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

33. Acerca da formalização dos contratos administrativos, nos moldes do que dispõe a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) é vedada a aplicação de disposições de direito privado aos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021.
- b) é admitido o sigilo dos contratos nos casos em que for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, é obrigatória a convocação dos licitantes remanescentes.
- d) os licitantes apenas se liberam dos compromissos assumidos após a homologação do procedimento e adjudicação do objeto licitado.
- e) o licitante vencedor será convocado pela administração para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital, vedada a prorrogação desse prazo.

34. João é o responsável pela condução dos procedimentos licitatórios na autarquia Delta e planejava contratar profissional para a elaboração de estudos técnicos para fins de planejamento de obras a serem realizadas nos anos subsequentes. Nos estudos preliminares, o orçamento para a contratação do projeto ficou estimado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e notou-se que diferentes profissionais poderiam prestar o serviço. Alguns meses depois, os órgãos de controle realizaram auditoria na autarquia Delta, concluindo que o procedimento de contratação foi correto, pois atendeu ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse caso, pode-se dizer que a solução adotada por João foi lícita se:

- a) adotada mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que o Tribunal de Contas da União entende que a elaboração de projetos guarda singularidade entre os diferentes profissionais, motivo pelo qual

a realização de procedimento competitivo será sempre inviável.

- b) adotada a modalidade concorrência, em virtude do valor estimado da contratação, já que a hipótese extrapola o limite legal para a dispensa de licitação ou para a utilização das demais modalidades de licitação definidas na Lei nº 14.133/2021.
- c) adotada a modalidade pregão, pelo critério de técnica e preço, dada a natureza comum do serviço de elaboração de projetos, hipótese em que a referida modalidade de licitação se torna obrigatória.
- d) a licitação seguiu a modalidade concurso, pelo critério de julgamento de técnica e preço, com adoção da ponderação entre as propostas de técnica e de preço apresentadas pelos interessados.
- e) o critério de julgamento foi o de técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, ou de melhor técnica.

35. No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992, a reforma produzida pela Lei nº 14.230/2021 incluiu requisitos para a celebração de acordos de não persecução civil. Segundo a previsão legal, esses acordos podem ser propostos pelo Ministério Público, conforme as circunstâncias do caso concreto, observadas algumas condições. Acerca desse tema, assinale a opção correta:

- a) para celebração do acordo, o dano deve ser ressarcido ao menos parcialmente.
- b) como resultado do acordo, deve haver a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, exceto se oriunda de agentes privados.
- c) a celebração do acordo depende da oitiva do ente federativo lesado, obrigatoriamente antes da propositura da ação.
- d) o acordo pode ser celebrado diretamente pelo Ministério Público e independe de homologação judicial.
- e) é permitida a celebração do acordo no momento da execução da sentença condenatória.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

36. Em relação aos direitos, aos deveres e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) O direito à educação antes dos 5 anos de idade é direito fundamental condicionado à reserva do possível.
- b) O direito ao esquecimento é direito fundamental implícito no direito à intimidade e à vida privada.
- c) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica
- d) É inconstitucional a cobrança de taxa para a emissão de atestado coletivo ou individual de interesse de empresa privada.
- e) A publicação de informações, ainda que falsas, em veículos de comunicação social está assegurada pela liberdade de imprensa.

37. Márcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

38. De acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, é competência:

- a) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) privativa da União.
- c) exclusiva dos Estados.
- d) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- e) exclusiva da União.

39. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

40. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Coríntio, empregado celetista que labora jornada semanal de 44 horas, percebe salário-base mensal de R\$ 2.200,00. Durante este mês, Coríntio trabalhou 15 horas extras, sendo que o acordo coletivo de sua categoria não estabelece adicional diferenciado para hora extraordinária.

Qual é o valor total que ele deve receber apenas pelas horas extras?

- a) R\$ 112,50
- b) R\$ 150,00
- c) R\$ 187,50
- d) R\$ 225,00
- e) R\$ 250,00

42. Felícia é empregada celetista em determinada empresa pernambucana, recebendo salário-hora de R\$ 20,00. A trabalhadora teve 30 minutos de intervalo intrajornada suprimidos durante 10 dias no último mês. Qual valor ela deve receber, naquele mês, pela supressão do intervalo intrajornada:

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 150,00
- c) R\$ 200,00
- d) R\$ 250,00
- e) R\$ 300,00

43. Adolfo é empregado celetista que atua como frentista no posto de combustível Viaje Bem Ltda. O empregado recebe salário-base de R\$ 3.000,00 e mais R\$ 1.000,00 a título de prêmio por desempenho. Suponha que o salário-mínimo é de R\$ 1.500,00.

Assinale a alternativa que menciona o valor do adicional de periculosidade que ele deverá receber:

- a) R\$ 450,00
- b) R\$ 700,00
- c) R\$ 800,00
- d) R\$ 900,00
- e) R\$ 1.200,00

44. Considerando as regras celetistas sobre prescrição trabalhista, assinale a alternativa correta:

- a) É legalmente cabível o reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente, em qualquer grau de jurisdição.
- b) Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição será sempre parcial.
- c) A interrupção da prescrição ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo que em juízo incompetente, desde que não seja extinta sem resolução do mérito.
- d) A prescrição intercorrente no processo do trabalho sujeita-se ao prazo de cinco anos.
- e) Prescreve em cinco anos para os trabalhadores rurais a pretensão quanto às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

45. Fagner é empregado da empresa Buddy Ltda., atuando na função de garçom, há menos de um ano. Recebe salário-fixo de R\$ 2.200,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que no último mês totalizaram R\$ 1.000,00.

Considerando que o divisor salarial aplicável à sua jornada de trabalho é de 220, é correto afirmar que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seu adicional noturno é de:

- a) R\$ 2,00, por hora trabalhada em período das 22hs às 5 hs.
- b) R\$ 2,90, por hora trabalhada em período das 22hs às 5 hs.
- c) R\$ 2,00, por hora trabalhada em período das 21hs às 5 hs.
- d) R\$ 2,90, por hora trabalhada em período das 21hs às 5 hs.

- e) R\$ 2,00, por hora trabalhada em período das 22hs às 4 hs.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

46. Em relação aos prazos no processo do trabalho, é entendimento jurisprudencial dominante:

- a) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos que se vencerem em sábado ou domingo, terminarão na segunda-feira seguinte.
- c) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará na segunda-feira imediata, e a contagem, na terça-feira.
- d) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
- e) Não se aplica o prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

47. Quanto à forma de reclamação e a notificação no dissídio individual trabalhista pelo rito ordinário, conforme previsões contidas na CLT e em súmulas da jurisprudência uniformizada do TST é correto afirmar:

- a) Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 5 dias será notificado o reclamado para comparecer em audiência que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.
- b) Não é possível a acumulação num só processo de várias reclamações, ainda que se trate de empregados da mesma empresa, sem a participação da entidade sindical.
- c) Diante da complexidade das matérias que podem ser discutidas no processo trabalhista, com o advento das novas competências, como por exemplo, as indenizações por danos morais e por acidente do trabalho e as responsabilidades relativas à terceirização de mão de obra, não mais se admite a reclamação trabalhista verbal.
- d) Ao receber a petição inicial, a Secretaria da Vara, conforme expressa previsão legal, deve enviar os autos imediatamente ao juiz para realização do juízo de admissibilidade.
- e) Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

48. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.

c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.

d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.

e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

49. Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

50. O ônus da prova pode ser assim problematizado: quem deve provar? Em princípio, as partes tem o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no envolver da relação processual. Quanto às provas no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Qualquer que seja o procedimento, não é permitida a arguição dos peritos compromissados ou dos técnicos, uma vez que o laudo que apresentam já é suficiente como prova.
- b) As testemunhas devem, necessariamente, ser previamente intimadas para depor.
- c) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.
- d) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e também quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, não poderá indicar mais de 3 testemunhas.
- e) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, prestará compromisso, mas o seu depoimento valerá como simples informação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

51. Sobre o início da personalidade da pessoa natural, considerando o disposto no art. 2º do CC/2002 e as teorias relacionadas ao tema, é correto afirmar que:

- a) A personalidade jurídica da pessoa natural tem início com a concepção, conforme a Teoria Natalista.

b) O nascituro possui personalidade jurídica plena desde a concepção, de acordo com o entendimento majoritário da doutrina.

c) Segundo a Teoria Natalista, adotada majoritariamente pela doutrina brasileira, a personalidade da pessoa natural começa com o nascimento com vida.

d) A Teoria da Personalidade Condicional estabelece que a personalidade da pessoa natural começa no nascimento com vida, mas sem efeitos retroativos aos direitos adquiridos desde a concepção.

e) A Teoria Concepcionista sustenta que o nascituro é considerado pessoa somente após o nascimento com vida, não tendo direitos reconhecidos antes desse momento.

52. Sobre as características e classificações das pessoas jurídicas, de acordo com o Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

a) O patrimônio das pessoas jurídicas é considerado um mero prolongamento do patrimônio de seus sócios, caracterizando confusão patrimonial.

b) As fundações públicas de direito público têm tratamento jurídico idêntico ao das empresas públicas, uma vez que ambas estão regidas pelo Código Civil.

c) A personificação da pessoa jurídica de direito privado ocorre automaticamente no momento da união de pessoas ou bens, sem necessidade de registro formal.

d) A personalidade jurídica da pessoa jurídica de direito privado surge a partir da inscrição de seus atos constitutivos no registro competente, podendo este processo ser revisto pelo Poder Público em casos de fraude.

e) As pessoas jurídicas de direito público interno estão obrigadas a adotar integralmente o regime jurídico previsto para as pessoas jurídicas de direito privado.

53. Sobre as nulidades e anulabilidades dos negócios jurídicos, conforme o Código Civil de 2002, analise as afirmativas a seguir e escolha a alternativa correta:

- a) Negócios jurídicos nulos podem ser confirmados pelas partes, desde que preencham os requisitos de validade.
- b) A nulidade de um negócio jurídico pode ser alegada por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, sendo necessária uma ação própria para reconhecê-la judicialmente.
- c) Negócios jurídicos anuláveis podem ser convalidados pelo decurso do prazo decadencial ou pela confirmação expressa pelas partes.
- d) Tanto a nulidade quanto a anulabilidade produzem efeitos *ex tunc*, isto é, retroagem à data da celebração do negócio jurídico.
- e) A nulidade de um negócio jurídico pode ser suprida pelo juiz ou pelas partes, desde que preenchidos os requisitos de validade posteriormente.

54. Sobre as modalidades de obrigações no Direito Civil brasileiro, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta:

- a) As obrigações de meio se caracterizam por um resultado predeterminado, sendo o inadimplemento configurado pela ausência de entrega do objetivo final.
- b) Nas obrigações alternativas, o credor é sempre responsável pela escolha da prestação a ser cumprida, salvo disposição em contrário no contrato.
- c) Nas obrigações de dar coisa certa, os acessórios são sempre incluídos, mesmo que não sejam mencionados, salvo estipulação em contrário.
- d) As obrigações de garantia são consideradas autônomas e independentes da obrigação principal, conforme sua natureza acessória.
- e) Obrigações puras são aquelas que dependem de um termo ou condição para sua eficácia, sendo classificadas como impuras.

55. Sobre os princípios e classificações contratuais previstos no Código Civil de 2002, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) O princípio da autonomia privada assegura às partes total liberdade para estipular cláusulas contratuais, inclusive aquelas que violam normas cogentes, desde que respeitem a função social do contrato.
- b) Contratos atípicos singulares são aqueles que mesclam características de contratos típicos já previstos em lei, formando uma nova espécie contratual regulada integralmente pelas normas aplicáveis a seus tipos de origem.
- c) O princípio do equilíbrio contratual fundamenta a possibilidade de revisão judicial de contratos em qualquer situação em que as prestações das partes se tornem desiguais.
- d) A relatividade dos efeitos contratuais é mitigada nos casos de contratos coligados, permitindo a extensão de certas obrigações e efeitos contratuais a terceiros diretamente envolvidos na operação econômica subjacente.
- e) A força obrigatória dos contratos (*pacta sunt servanda*) impede a revisão ou extinção do contrato, mesmo quando ocorram acontecimentos extraordinários que tornem a execução excessivamente onerosa para uma das partes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

56. A respeito dos atos processuais, é correto afirmar que

- a) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pela instituição requerente.
- b) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.
- c) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes.
- d) Até a sentença os atos processuais, como regra, tramitarão em segredo de justiça.
- e) Ainda que fixado calendário para a prática de atos processuais, exige-se a intimação das partes acerca da realização de audiência designada no referido documento.

57. Considere as assertivas a seguir sobre o valor da causa, à luz do Código de Processo Civil:

- I - A toda causa será atribuído valor certo, ressalvadas aquelas que não tenham conteúdo econômico imediatamente aferível.
- II - Não arguida em contestação a impugnação ao valor da causa, a matéria estará preclusa, sendo vedada ao juiz a conduta de corrigi-la de ofício.
- III - Quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, considerar-se-á o valor de umas e outras.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

58. A respeito da confissão, é correto afirmar que:

- a) A confissão judicial não pode ser espontânea.
- b) Não se admite confissão espontânea feita por representante da parte, ainda que com poderes especiais.
- c) A confissão é, em regra, divisível.
- d) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.
- e) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos disponíveis.

59. Acerca das nulidades, considere:

- I – O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo ser praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
- II – A nulidade dos atos processuais não se sujeita à preclusão, podendo a parte alegá-la em qualquer momento processual.
- III – O ato não será repetido nem sua falta será suprida quando não prejudicar a parte.
- IV – Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

- 60.** O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder. Segundo o Código de Processo Civil, quando o documento ou a coisa estiver em poder de terceiro, o juiz:
- a) Determinará a distribuição de nova ação para discussão do tema.
 - b) Determinará a emenda à inicial, a fim de que se inclua o terceiro.
 - c) Ordenará sua citação para responder no prazo de 15 (quinze) dias.
 - d) Ordenará sua intimação para apresentar os documentos no prazo de 30 (trinta) dias.
 - e) Ordenará sua citação para responder no prazo de 30 (trinta) dias.
-

Discursiva

No âmago da contemporaneidade, o uso crescente de nootrópicos emerge como um reflexo do paradigma da sociedade do desempenho. O fenômeno revela-se não apenas como uma busca individual por aprimoramento cognitivo, mas como uma manifestação simbólica das expectativas sociais imbuídas na busca incessante por produtividade e excelência. Os nootrópicos, enquanto ferramentas destinadas a maximizar as capacidades mentais, refletem a essência da era moderna, na qual a medida do sucesso e a valoração pessoal são intrinsecamente vinculadas ao rendimento contínuo e à conquista incessante. Nesse contexto, o uso dessas substâncias transcende a esfera do indivíduo, tornando-se uma expressão tangível da pressão cultural que exige desempenho máximo em todas as esferas da vida.

Com base na discussão acima, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica acerca do tema nele tratado.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
